

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA¹

Nídia Batista dos Santos dos Anjos²

RESUMO

O presente artigo é o resultado da pesquisa bibliográfica realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com o objetivo de compreender como as pesquisas acadêmicas tem analisado as práticas pedagógicas para as relações étnico-raciais na educação infantil ao longo dos últimos dez anos (2009-2019). Para tanto, foram utilizadas as palavras-chave “EDUCAÇÃO INFANTIL”; “RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS” e “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS”. O artigo foi organizado em três seções, levando em consideração os materiais encontrados na pesquisa bibliográfica, cotejando também com outros materiais conhecidos que tratam sobre os temas aqui expostos; a primeira seção apresenta o caminho construído para a obtenção das informações; a segunda, apresenta-se as pesquisas que versam sobre o tema e a discussão sobre formação inicial e continuada para a Educação Infantil e a terceira seção, faz um levantamento das legislações para as questões étnico-raciais, abordando o percurso histórico para que essas Leis fossem incluídas de forma obrigatória no currículo da educação básica, em especial, a educação infantil.

Palavras-chave: Educação - Brasil - Relações étnico-raciais. Educação Infantil - Brasil - Relações étnicas. Professores de Educação Infantil - Formação.

ABSTRACT

This article is the result of the bibliographic research carried out in the Catalog of Theses and Dissertations of CAPES, with the aim of understanding how academic research has analyzed pedagogical practices for ethnic-racial relations in early childhood education over the past ten years (2009-2019). For that, the keywords “CHILDHOOD EDUCATION”, “ETHNIC-RACIAL RELATIONSHIPS” and “PEDAGOGICAL PRACTICES” were used. The article was organized in three sections, taking into account the materials found in the bibliographic research, also collating with other known materials that deal with the themes exposed here; the first section presents the path built to obtain the information; the second presents research on the topic and the discussion on initial and continuing education for Early Childhood Education and the third section surveys the laws for ethnic-racial issues, addressing the historical path for these Laws included in the basic education curriculum, in particular, early childhood education.

Keywords: Early Childhood Education - Brazil - Ethnic Relations. Early Childhood Education Teachers - Training. Education - Brazil - Ethnic-racial relations.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus Malês (BA), sob orientação da Profª Dr.ª Míghian Danae Ferreira Nunes.

² Bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Licencianda em Pedagogia pela mesma universidade.

1 INTRODUÇÃO

A infância é a fase na qual a criança está em fase de conhecimentos e descobertas e, nesse sentido, a escolha do tema deste artigo, a saber, as práticas pedagógicas para as questões étnico-raciais na educação infantil é de grande relevância, pois sabemos que o Brasil é um país carregado de preconceitos e a escola enquanto instituição formadora não deve perpetuar essas ações discriminatórias. As práticas utilizadas por meio das professoras/es nesta etapa da educação básica devem contribuir de forma positiva na construção da identidade das crianças, não fortalecendo os estereótipos negativos relacionados à população afro-brasileira e africana no país, algo que em muito atrapalha a participação social efetiva deste grupo na sociedade.

Para pensarmos a Educação Infantil e sua inclusão no ensino básico brasileiro é necessário pensar como a criança foi/é vista ao longo do tempo histórico nas sociedades. Até o século XVIII, as crianças eram consideradas adultos em miniatura. Segundo Pinto (1997), tão logo a criança tornava-se mais independente dos cuidados da mãe ou da ama era incorporada na sociedade adulta. É somente com o advento do Iluminismo que as crianças passam a ser objeto de preocupação da sociedade e da família. Neste momento, surgem internatos destinados aos cuidados das crianças das classes mais abastadas da sociedade, consagrando a separação entre adultos e crianças. Às crianças pobres, ainda lhes restava o trabalho desde a mais tenra idade (PINTO, 1997).

No decurso da evolução das ideias acerca da infância, Pinto (1997) destaca o trabalho de John Locke e Jean Jacques Rousseau que dedicaram parte dos seus estudos a infância. Locke, em 1693, apresenta a ideia de criança como uma *tábula rasa*. Segundo o autor, a criança seria como uma folha em branco, sendo, portanto, responsabilidade dos adultos, em especial pais e professores, “escreverem” o que julgavam necessário para o desenvolvimento das crianças. As ideias de Locke têm influência até hoje em algumas concepções de educação e em algumas visões acerca da infância.

Essas crianças também eram vistas como seres universais e que apenas reproduziam o que estava à sua volta. Menezes (2012) diz que entre os séculos XVIII e XIX, com a contribuição de autores que estudavam a infância, passou a existir discussões acerca da educação das crianças, esses autores tinham por objetivo o desenvolvimento infantil e a formação integral da criança, valorizando as suas especificidades que além de ser diferente de criança para criança, também difere dos adultos.

Durante o final do século XIX e início do século XX o aprofundamento do sentido de infância se dá pela pedagogia e psicologia. Neste momento Pinto (1997) destaca dois expoentes:

Zigmund Freud e George Hebert Mead. Os estudos de Freud acerca da infância contradizem a ideia de Locke. Para o autor, a criança é dotada de um aparelho psíquico, de impulsos instintivos e da capacidade de enfrentar obstáculos. Mead, considerado o “pai” do interacionismo simbólico, procurou estudar na criança como se desenvolve o sentido do eu (self) e do outro. Para ele, o brincar de faz de conta possibilita à criança a construção de sua autoconsciência, já que, ao fazer de conta que é um outro, a criança entra no mundo desse outro, o que a possibilita ver a si mesma como uma realidade separada do mundo (*self*).

No início do século XX outro autor da Psicologia que merece destaque é Henri Wallon. Wallon vê a criança de modo integral, não desassociando inteligência e afetividade e considerando o meio social como formador da criança. Por estudar a totalidade do ser humano, entende a criança como um ser com uma história e uma cultura específica. Apesar disto, a criança ainda é vista na perspectiva walloniana como um vir a ser, sendo necessário trabalhar com ela hoje visando uma perspectiva futura.

Souza (2009) afirma que desde a antiguidade as crianças não eram valorizadas, não sendo entendidas e respeitadas, muitas das vezes até julgadas, pois as cobranças atribuídas eram às vezes as mesmas que os adultos; nessa época com seis anos de idade as crianças escravizadas já exerciam os trabalhos forçados, o que foi um grande agravante no índice de mortalidade infantil.

A partir da década de 80 começa a surgir mobilizações no âmbito educacional no Brasil com mais força, o que originou a Conferência Nacional da Educação realizada em 1980. Saviani (2003) nos conta que, nesse evento, foi aprovada a Carta de Goiânia, que continha as propostas para a Constituição que se referia à educação, buscando um ensino laico, gratuito e democrático.

A Carta de Goiânia foi de fundamental influência na Constituição e tinha entre os seus princípios a obrigatoriedade do ensino público, a garantia pelo estado a educação e o oferecimento de vagas em creches para as crianças de zero a seis anos de idade; lemos isso no artigo 208, inciso IV: “Atendimento em creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988, p. 35), sendo que a escola para crianças de até 6 anos de idade não tinha relevância, tanto é que a maior parte de creches e pré-escolas brasileiras ainda seguem vinculadas às secretarias municipais de assistência social, função a que estavam destinadas, a partir de então, o foco que era apenas o cuidar, passou a ser também o educar sendo a partir de então obrigação dos poderes públicos.

Nessa mesma década, em 1994, foi instituída a Política Nacional de Educação Infantil (PNEI) com o propósito de esclarecer e desmitificar a dicotomia entre cuidar e o educar, portanto as instituições de atendimento a criança pequena permanecem com

as mesmas características das existentes até então, isto é, com um atendimento assistencial e caritativo (SOUZA, 2009, p. 71).

Nessa fase da educação, o educar e cuidar estão imbricados, sendo estes realizados por meio da alimentação, limpeza, o lazer e a descobertas e aprendizagens tendo como foco o desenvolvimento da criança. Conforme a BNCC (2017) nessa primeira etapa da educação básica, devem ser assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Para Souza (2009) um dos motivos que contribuiu para o assistencialismo, ainda atualmente nas creches, é a formação das profissionais que atuam nesses espaços, sendo que essas na sua grande maioria, não possuem uma formação adequada.

Em se tratando das práticas pedagógicas para as professoras da educação infantil, o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil - RCNEI (1998), documento oficial do Ministério da Educação e Cultura, apresenta propostas curriculares para crianças de zero a seis anos, proporcionando as professoras um trabalho que valorize a criança de forma integral.

O RCNEI (1998) não é um modelo a ser seguido pelas escolas, porém é uma referência que possibilita as escolas o acesso e a adaptação a realidade na qual a escola faz parte Souza (2009). Sendo assim, a professora/o deve favorecer as aprendizagens dentro da realidade da criança, proporcionando uma relação com os conteúdos, aprendizagens anteriores e suas experiências pessoais, desta forma, a aprendizagem passa a ter um sentido lógico dentro da realidade daquelas crianças. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2013), as experiências que acontecem no espaço escolar devem possibilitar o encontro pela criança de explicações sobre o que ocorre a sua volta e consigo mesma enquanto desenvolvem formas de agir, sentir e pensar.

A escola deve preparar a criança para o exercício da cidadania, formando valores, formas de pensar, conhecimentos, habilidades etc. essa atuação deve ser em conjunto com a família, trabalhando os conhecimentos prévios. Essa ação simultânea facilitará a adequação da criança no âmbito escolar influenciando de forma positiva no processo de aprendizagem, as alunas/os passam a relacionar o conteúdo com as aprendizagens anteriores e suas experiências pessoais.

O presente artigo é o resultado da pesquisa bibliográfica realizada na base de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no mês de janeiro de 2020, com o objetivo de compreender como as pesquisas acadêmicas tem analisado as práticas pedagógicas para as relações étnico-raciais na educação infantil ao longo dos últimos dez anos (2009-2019). O artigo foi organizado em três seções, levando em consideração os materiais encontrados na pesquisa bibliográfica, cotejando também com outros

materiais conhecidos que tratam sobre os temas aqui expostos; a primeira seção intitula-se “Percurso metodológico” objetiva apresentar o caminho construído para a obtenção das informações. Na segunda seção, “Formação de Professoras da Educação Infantil Brasileira” são apresentadas as pesquisas que versam sobre o tema e a discussão sobre formação inicial e continuada para a Educação Infantil. Também é destacado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998), que apresenta propostas curriculares para educação infantil, servindo de referência para as escolas. Ainda na segunda seção, trataremos das práticas pedagógicas, tendo como base a Pedagogia da Escuta (Loris Malaguzzi, 1963).

A terceira e última seção, intitulada “Práticas Pedagógicas para o Ensino das Questões Étnico-raciais” faz um levantamento das legislações para as questões étnico-raciais, abordando o percurso histórico para que essas Leis fossem incluídas de forma obrigatória no currículo da educação básica, em especial, a educação infantil. Por fim, trataremos a importância da inserção de práticas pedagógicas que valorizam a cultura afro-brasileira e africana, para a promoção de uma educação mais inclusiva e a favor da diferença como realização da liberdade (SILVÉRIO, 2006) e que leve em consideração a presença das crianças nas escolas de educação infantil brasileira, à saber, as crianças negras.

2 CAMINHOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PERCURSO METODOLÓGICO

Como dito anteriormente, este texto é o resultado da pesquisa bibliográfica realizada na base de dados de teses e dissertações da CAPES no mês de janeiro de 2020; para tanto, foram utilizadas como palavras-chave “EDUCAÇÃO INFANTIL”; “RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS” e “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS”. Foram encontradas, a partir da união dos três descritores – “EDUCAÇÃO INFANTIL” e “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS” e “RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS” – 13 (treze) pesquisas, descritas no quadro abaixo. Destaca-se que dos 13 trabalhos encontrados, não tivemos acesso ao texto de Fernanda Silva de Oliveira, por ser anterior a Plataforma Sucupira e não estar disponível em outros buscadores.

Quadro 1 - Trabalhos acadêmicos encontrados

Título	Autora/o	Natureza do trabalho acadêmico	Ano
Educação infantil na perspectiva das relações étnico-raciais: relato de duas experiências de formação continuada de professores no município de Santo André	Camila Fernanda Saraiva	Dissertação	2009
Vozes da docência: o desafio da implementação do ensino de história e cultura Africana e Afro-Brasileira na prática pedagógica	Fernanda Silva de Oliveira	Dissertação	2010
Relações Étnico-raciais: Orientações, leis e práticas nas Instituições de Educação Infantil	Simone Vanzuita Bittencourt	Dissertação	2013
Representações docentes sobre educação para as relações étnico-raciais em um CMEI de Goiânia: entre a teoria e a práxis	Hilda Maria de Alvarenga	Dissertação	2015
“Tia, existe flor preta?”: educar para as relações étnico-raciais	Erika Jennifer Honório Pereira	Dissertação	2015
Criança e negra: O direito à afirmação da identidade negra na Educação Infantil	Tárcia Regina da Silva	Tese	2015
Formação Docente: Compreendendo a abordagem da diversidade e da diferença na infância como ações de cuidar e educar	Claudia Elizabete dos Santos	Dissertação	2015
Infância, Educação Infantil e Relações Étnico-raciais	Marlene de Araújo	Tese	2015
Infância e Relações Étnico-raciais: concepções e imagens de crianças da Educação Infantil de uma escola pública do município de Juiz de Fora-MG	Aline de Assis Augusto	Dissertação	2017
Negritude nas práticas pedagógicas da EEI-UFRJ: Estudo das Relações Étnico-raciais na escola de Educação Infantil da UFRJ	Paulina de Almeida Martins Miceli	Dissertação	2017
A garantia dos Direitos Humanos e a interface com a Educação para as Relações Étnico-raciais: uma prática na Escola Quilombola Antônia do Socorro Silva Machado	Heloisa Marinho Cunha	Dissertação	2017
Do legado ao real: A abordagem das políticas étnico-raciais na formação continuada de professoras(es) da Educação Infantil	Mariele Ferreira Leal	Dissertação	2017
Estudo das Relações Étnico-raciais e práticas pedagógicas na Educação Infantil	Nilzete Rodrigues Pinheiro	Dissertação	2018
TOTAL			13

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da pesquisa no banco de dados da CAPES (2020).

Percebemos que, embora a escolha temporal tenha se dado entre os anos de 2009 e 2019, a maior parte das pesquisas encontradas concentram-se a partir de 2015; Aventamos que o motivo pode ter sido por conta da recém inclusão da Educação Infantil como etapa da Educação básica, no ano de 2013. Outro fator que merece destaque está no escasso número de pesquisas que versam sobre relações raciais e Educação Infantil, mesmo após tanto tempo da promulgação da lei 10.396/03. Nota-se, como podemos ver no quadro 02, que a maior parte das pesquisas encontradas se concentram nos programas de pós graduação em Educação, na região sudeste do Brasil.

Quadro 2 - Filiação acadêmica das autoras

Autora/o	Universidade	Programa
Camila Fernanda Saraiva	PUC-SP	Programa de Pós-graduação em Educação
Fernanda Silva de Oliveira	UFMG	Programa de Pós-graduação em Educação
Simone Vanzuita Bittencourt	UFSC	Programa de Pós-graduação em Educação
Hilda Maria de Alvarenga	UFG	Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica
Erika Jennifer Honório Pereira	UERJ	Programa de Pós-graduação em Educação
Tárcia Regina da Silva	UFPB	Programa de Pós-graduação em Educação
Claudia Elizabete dos Santos	UFMG	Programa de Pós-graduação em Educação
Marlene de Araújo	UFMG	Programa de Pós-graduação em Educação
Aline de Assis Augusto	UFJF	Programa de Pós-graduação em Educação
Paulina de Almeida Martins Miceli	UERJ	Programa de Pós-graduação em Educação
Heloisa Marinho Cunha	UFPB	PPG em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas
Mariele Ferreira Leal	UFSM	Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional
Nilzete Rodrigues Pinheiro	FVC	Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da pesquisa no banco de dados da CAPES (2020).

Para organizar os dados encontrados neste artigo e sua estruturação em divisões, foram observados os caminhos que uniam as pesquisas encontradas. Desta forma, pudemos perceber que as categorias que perpassam todos os trabalhos são: formação docente e práticas pedagógicas. Assim sendo, nas seções que se seguem serão apresentadas as pesquisas de acordo com tais categorias.

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA

Na pesquisa bibliográfica realizada foram encontrados trabalhos que, ao versarem sobre as práticas pedagógicas na educação infantil, dão ênfase à importância da formação das

professoras em educação infantil. Os trabalhos de Saraiva (2009), Santos (2015), Alvarenga (2015) e Leal (2017) apresentam reflexões acerca da formação continuada de professoras e professores que atuam na Educação Infantil para as relações étnico-raciais.

A pesquisa de Camila Fernanda Saraiva (2009) – *Educação Infantil na Perspectiva das relações étnico-raciais: relato de duas experiências de formação continuada de professores no Município de Santo André* – buscou descrever as experiências obtidas em duas formações continuadas, à saber: *Gênero e Raça* e *A cor da Cultura*, ocorridas respectivamente nos anos de 2005 e 2006. Um de seus objetivos era perceber em que medida tais formações contribuíram para a sensibilização e orientação das professoras e professores da Educação Infantil no que diz respeito a incorporação da perspectiva étnico-racial em suas práticas pedagógicas. Os resultados da pesquisa demonstram que as formações tiveram efeitos positivos, porém momentâneos, na aproximação dos professores às questões étnico-raciais. A pesquisa aponta também a fragilidade fragilidades no processo de formação que contribuíram para a descontinuidade das ações.

Já o trabalho de Cláudia Elizabete dos Santos (2015), na pesquisa intitulada *Formação Docente: considerando a abordagem da diversidade étnico-racial e da diferença na educação infantil como ações do cuidar e do educar*, propõe uma reflexão sobre a abordagem da diversidade étnico-racial na infância, tendo como foco as práticas desenvolvidas, e registradas no plano de ação, por docentes egressas de um curso de formação continuada oferecido a partir de um convênio firmado entre a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. As análises da pesquisadora apontam que a formação continuada de professoras e professores para as relações étnico-raciais se apresentam como possibilidade de visibilizar a tensão acerca das relações raciais presentes na escola, como também, como proposição de práticas pedagógicas capazes de criticar o racismo e valorizar a diversidade étnico-racial.

Mariele Ferreira Leal (2017), na pesquisa intitulada *Do legado ao real: Abordagem das políticas étnico-raciais na formação continuada de professoras(es) da Educação Infantil*, tem por objetivo investigar como é possível abordar a temática étnico-racial, tendo como foco a cultura afro-brasileira, na formação continuada de professoras e professores, em uma instituição de Educação Infantil. Os resultados da pesquisa apontam que os encontros de formação continuada contribuíram para modificar a concepção das professoras e das crianças acerca das relações raciais, bem como na elaboração de tentativas de práticas de promoção da igualdade racial. Além de identificar o reconhecimento das professoras acerca da necessidade de se

estudar a tem ética étnico-racial não somente na Educação Infantil, mas em todos os níveis da educação, desde a educação inicial.

Já a pesquisa *Representações docentes sobre educação para as relações étnico-raciais em um CMEI de Goiânia: entre a teoria e a práxis*, de Hilda Maria de Alvarenga (2015) buscou compreender as representações docentes de profissionais da Educação Infantil no que se refere ao processo educativo das relações étnico-raciais, analisando e propondo alternativas para o crescimento das discussões acerca das relações étnico-raciais na Educação Infantil.

As pesquisas analisadas, de forma geral, apontam a necessidade da formação continuada na perspectiva das relações étnico-raciais como possibilidade de superação do racismo presente na escola, assim como a possibilidade de, com ela, professores e professoras realizarem mudanças em suas práticas pedagógicas, de forma a oportunizar às crianças negras uma construção positivada de suas identidades. Apontam ser necessária a participação de toda a comunidade escolar neste processo, inserindo os demais atores e atrizes da escola nos processos de formação. Além disso, apontam ser necessário que as ações de formação não aconteçam de forma pontual e escassa, mas de forma constante.

O ser humano deve estar em uma constante busca por atualizar os seus conhecimentos, principalmente se tratando das/os docentes, que tem um papel fundamental na construção da identidade das crianças. Desta forma, em se tratando da formação inicial, em documento da ANFOPE³ (1996), lemos:

[...] é a formação inicial que vai habilitar o ingresso na profissão e deverá garantir um preparo específico, com um corpo de conhecimentos que permita ao profissional a condução do trabalho pedagógico e que, portanto, este profissional seja preparado para o domínio desse trabalho e para estabelecer relações que satisfaçam às necessidades para as quais ele foi formado. ANFOPE (1996, p. 21)

Ao longo do tempo, ocorreram diversas mudanças políticas no que se refere à formação docente no Brasil e foram elaborados uma série de diretrizes e documentos que dispõem sobre a formação inicial. A LDB, Lei 9394/09, prevê que a formação inicial e continuada de professores e professoras seja promovida e incentivada, em regime de colaboração, em níveis Federais, Estaduais e Municipais. Além disso, houveram mudanças nos currículos de formação inicial (LEAL, 2017).

Segundo Leal (2017), em 2002, fixa-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Tais diretrizes constituem-se

³ Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem levados em consideração quando da organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino.

A formação de docentes reflete nas suas práticas pedagógicas que, segundo Schön (1995), evidencia a necessidade da/o professora/o a refletir sobre a sua prática profissional, sendo este um instrumento de grande importância para a construção de novos conhecimentos, construção esta que é feita por meio da reflexão, análise e problematização, tendo como objetivo formar profissionais reflexivos/as.

Ser professor implica saber quem sou, as razões pelas quais faço o que faço e consciencializar-me do lugar que ocupo na sociedade. Numa perspectiva de promoção do estatuto da profissão docente, os professores têm de ser agentes ativos do seu próprio desenvolvimento e do funcionamento das escolas como organização ao serviço do grande projeto social que é a formação dos educandos (ALARCAO, 1996, p. 24).

No que se refere a formação inicial de professoras e professores para atuarem na Educação Infantil, está se dá em nível de graduação nos cursos de Pedagogia. No entanto, tal formação acontece ainda de forma deficitária em muitos espaços. No que se refere a formação continuada para professoras e professores da Educação Infantil, esta se dá de forma escassa e em meio a uma série de concepções equivocadas sobre o papel “natural” da mulher no cuidado com crianças (SARAIVA, 2009).

A profissional da educação infantil, além de conhecer os processos teóricos inerentes a essa modalidade de ensino, é preciso uma sensibilidade em compreender que essa etapa de ensino é o alicerce para uma educação sólida, que deve ter como objetivo proporcionar às crianças o crescimento das suas capacidades e habilidades nesta faixa etária.

Com o advento da Lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, a formação de professores ganha novos contornos passando a ser obrigatória a mudança dos currículos de formação inicial, além da promoção de formação continuada acerca das questões étnico-raciais de forma a “adequar” a atuação destes profissionais a Lei.

A partir do momento em que esta começa a vigorar, impõe desafios a serem conquistados não só para as relações humanas dentro dos espaços escolares (para os professores, alunos, funcionários, equipe diretiva, pais, comunidade em geral), mas também na construção de novas metodologias e práticas que antes não davam conta do universo diverso que é a escola (SARAIVA, 2009, p. 21).

Para Saraiva (2009) a formação de professores e professoras para a Educação Infantil em uma perspectiva étnico-racial deve ter em conta as especificidades da Educação Infantil, a

sensibilização dos profissionais de educação com a temática, o conhecimento do legado cultural africano para o Brasil, além de promover a participação e a interação da equipe diretiva da escola, a adoção de políticas permanentes no âmbito das Secretarias de Educação.

[...] mesmo não estando prescrito na Lei no 10.639 de 2003 (BRASIL, 2003) e na Lei no 11.645 de 2008 (BRASIL, 2008b) a inclusão dos estudos sobre a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na etapa da educação infantil, é fundamental que esta inclusão seja feita, tendo em vista que, é nesta etapa que as crianças constroem suas identidades, opiniões e conhecimentos sobre os diferentes grupos étnicos. E também porque é necessário como aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2010) que as práticas pedagógicas garantam experiências que possibilitem o estabelecimento de relações positivas entre as crianças e a sua apropriação das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, entre outros. A valorização das diferentes culturas promove às crianças a construção de uma imagem e uma relação positiva sobre e com seus grupos de pertencimento, assim como, contribuem para o combate ao racismo, às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas. (LEAL, 2017, p. 193)

Dentre os documentos para a educação infantil temos o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998); este documento apresenta uma proposta curricular para a educação das crianças de zero a seis anos e tem por objetivo proporcionar as crianças das creches e pré-escolas um trabalho que valorize as valorizem em sua forma integral. Antes a esse documento a criança só era vista enquanto agente dependente de cuidado e assistência. O RCNEI (1998) não é um modelo a ser seguido pelas escolas, porém serve de referência para as escolas o acesso e possam fazer adaptação de acordo a sua realidade este documento é uma proposta aberta e flexível que podem nortear as práticas pedagógicas tendo o seu discurso com base no respeito as diferenças, diversidade cultural, individualidade, níveis de aprendizagem objetivando uma educação que atenda às necessidades da educação infantil. O Referencial dá subsídio às profissionais da educação para a melhorias nas suas práticas pedagógicas.

Neste sentido as práticas pedagógicas exigem um pensamento crítico onde as docentes devem estar atentas as suas práticas, que não devem ser apenas uma reprodução dos conhecimentos, mas sim transmitir esses de forma crítica reflexiva.

Para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem a criança como sujeito de direito, é preciso que essas crianças sejam agentes ativos na construção dos currículos escolares, Freire (1996), percebe a escola como um ambiente favorável à aprendizagem significativa, onde a relação professor-aluno acontece sempre com diálogo, valorizando o respeito mútuo. As práticas pedagógicas devem ser norteadas para as diferenças, sendo que cada crianças tem a sua especificidade, as suas opiniões e comportamentos devem ser inseridas

nos espaços escolares, essas crianças devem contribuir de forma significativa sobre o que quer aprender e como esse conhecimento deve ser transmitido.

Nesse sentido de a criança ser agente ativa na construção dos currículos nas escolas, surge a Pedagogia da Escuta, conceito criado por Loris Malaguzzi na Itália, na comunidade de *Reggio Emilia* onde o autor considera a criança como um ser social, que nasce de uma forma e se transforma por meio das relações sociais. Essa pedagogia tem por objetivo formar um currículo livre de conteúdos, se baseando nas vivências experimentadas e transmitidas pelas crianças, por meio das suas linguagens verbais e não-verbais. Para que seja possível perceber essas linguagens, as professoras/es devem ter um olhar sensível, sendo apenas uma mediadora dos conteúdos dando relevância ao que as crianças estão transmitindo tendo em vista a comunicação de acordo a faixa etária delas. Segundo Malaguzzi (1999, p. 62), o que desejavam era

reconhecer o direito da criança de ser protagonista e a necessidade de manter a curiosidade espontânea de cada uma delas em um nível máximo. Tínhamos de preservar nossa decisão de aprender com as crianças, com os eventos e com as famílias, até o máximo de nossos limites profissionais, e manter uma prontidão para mudar pontos de vistas, de modo a jamais termos certezas demasiadas.

Na prática pedagógica, a escuta é a base para um processo de ensino aprendizagem rico em significados e sentidos, onde a criança é criadora dos conteúdos e conceitos, não sendo apenas meras reprodutoras de conhecimentos. Com base na Pedagogia da Escuta, foi realizada por Aristela dos Santos, uma pesquisa na modalidade educacional de base qualitativa na Creche localizada no município de Camaçari/Ba, a pesquisa norteia-se nas narrativas das crianças na construção das propostas pedagógicas, bem como conhecer o processo de escuta sensível docente por meio das narrativas das crianças.

Para pensar a proposta pedagógica de uma Creche ou CIEI é importante para todos aqueles que fazem parte da escola: crianças, professores, merendeiras, supervisores, estejam envolvidos no processo e a fala de todos respeitada e inserida no contexto escolar, principalmente as falas das crianças (SANTOS, 2009, p.19).

Também tendo como foco central a criança como parte fundamental na construção das práticas pedagógicas, por meio da pedagogia da escuta, foi realizada uma pesquisa por Gilmária da Cunha (2019) no Centro Municipal de Educação Infantil localizado em Salvador (BA) que investigou a relação entre documentação pedagógica, escuta das crianças e práxis pedagógicas na Educação Infantil. A pesquisa foi de caráter qualitativa tendo como base análises documentais, entrevistas semiestruturadas, observações e registros em diário de campo.

4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

Nesta seção, discorreremos sobre como as pesquisas encontradas abordam as práticas pedagógicas para o ensino das questões étnico-raciais, tendo em vista que o Brasil é um país multiétnico, sendo a sua formação composta por indígenas, africanos e europeus, mas o racismo pelo qual as populações negras sofreram e sofrem até os dias atuais reverbera; esse racismo também cria a ideia de a cultura eurocêntrica é melhor e mais importante e portanto deve ser valorizada. Desse modo, acabamos muitas vezes, nós mesmos, população negra, reproduzindo o racismo, negando a nossa própria identidade étnica, por crescermos acreditando que somos inferiores. Toda essa construção negativa à população negra vem desde os tempos da escravização e a escola, enquanto instituição de conhecimento, acaba sustentando esses estereótipos negativos.

As pesquisas de Bittencourt (2013), Pereira (2015), Araújo (2015), Miceli (2017), Cunha (2017) e Pereira (2018) trazem possibilidades de prática para as relações étnico raciais na educação infantil e serão aqui apresentados. O trabalho de Simone Vanzuita Bittencourt (2013) – *Relações Étnico-raciais: Orientações, Leis e Práticas nas Instituições de Educação Infantil* – busca identificar a existência de práticas voltadas para as relações étnico-raciais no cotidiano da instituição de educação infantil que possibilitem vivências acerca das questões que envolvem relações saudáveis entre as crianças e entre as crianças e os adultos, além de observar a maneira como esta questão se apresenta no cotidiano das crianças e como a professora organiza seus trabalhos nesse sentido. Com as análises das informações, percebeu-se que a existência da Lei 10.639/03 garantiu a inclusão no currículo da instituição pesquisada a temática acerca da história e cultura africana e afro-brasileira, contudo com muitos limites na lógica da organização dos trabalhos com e para as crianças. As entrevistas com as professoras revelaram contradições entre suas práticas e o que seria uma proposta adequada para o trabalho com as relações étnico-raciais na educação infantil.

Erika Jennifer Honório Pereira (2015), em sua pesquisa intitulada “*Tia, existe flor preta?*”: *Educar para as relações étnico-raciais*, objetivou compreender as enunciações que professoras e estudantes de Pedagogia produziram nas discussões do Ciclo de Palestras Direitos Humanos e Educação Infantil: questões de raça, etnia, sexo e gênero, realizado na UERJ em 2013. As análises da pesquisa demonstram que atividades de problematização e discussão sobre o tema são importantes e necessárias, diante das lacunas na formação e conhecimento especializado; demonstram ainda que as pessoas participantes da pesquisa reconhecem o

próprio despreparo para atuar frente as questões raciais e propuseram estratégias de ação nas suas práticas com as crianças.

A pesquisa de Marlene Araújo (2015) – *Infância, Educação Infantil e Relações Étnico-raciais* – teve como objetivo compreender as relações entre infância, educação infantil e relações étnico-raciais a partir da análise de documentos oficiais locais e nacionais, bem como por meio das narrativas de gestoras/es, docentes e familiares responsáveis pela educação de criança de zero a cinco anos e que participam de um contexto municipal de implementação da política de educação infantil, tendo como objeto o lugar da criança negra como sujeito das políticas e práticas da educação infantil na perspectiva das gestoras, educadoras e mães. O estudo demonstra que as educadoras e as mães reconhecem a presença de preconceitos étnico-raciais no interior da instituição escolar, seus efeitos na construção identitária das crianças negras, ainda que estes efeitos sejam pouco compreendidos em suas manifestações e o estruturante do racismo na sociedade brasileira. A partir das análises, percebe-se, ainda que de forma breve, as relações étnico-raciais presentes nos documentos oficiais da rede municipal e em âmbito nacional; há, no entanto, desconhecimento por parte de educadoras e educadores, bem como pelas mães, das suas implicações na prática pedagógica. Embora educadores e educadoras busquem trabalhar a construção positiva das identidades étnico-raciais das crianças, nesta pesquisa, as análises apontam que são as mães que se destacam nesse aspecto.

O trabalho de Paulina de Almeida Martins Miceli (2017) – *Negritude nas práticas pedagógicas da EEI-UFRJ: Estudo das relações étnico-raciais na Escola de Educação Infantil da UFRJ* – teve como objetivo estudar o fazer docente na EEI-UFRJ, analisando as produções de conhecimento docente nesta unidade. Os resultados da pesquisa revelaram que as demandas com relação as questões étnico-raciais ficam a cargo das demandas trazidas pelas crianças e suas famílias. Apesar de haver o que a pesquisadora chamou de “rastros do trabalho” com o tema, nem sempre há registros que expliquem como o trabalho acontece. Uma das considerações aponta ser necessário que o trabalho das relações étnico-raciais ganhe forma no projeto pedagógico da escola a fim de que sejam asseguradas sempre a temática nos planejamentos docentes.

Já a pesquisa de Nilzete Rodrigues Pinheiro (2018) – *Estudo das Relações étnico-raciais e práticas pedagógicas na Educação Infantil* – teve como objetivo a análise das práticas pedagógicas das professoras e professores da Educação Infantil do município de Mucurici-ES quanto à inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Destaca-se que foram realizadas entrevistas com crianças de cinco anos, utilizando o desenho de um autorretrato como método, bonecos de pano de cores diferentes de pele, na tentativa de

incentivar as crianças a dizerem como se relacionam e quais as suas representações sobre a beleza, profissão, família, dentre outros temas referentes as relações raciais. As análises destacaram que algumas crianças desejaram mudar sua aparência física, cor de pele e tipo de cabelo, demonstrando a negatividade associada às diferenças culturais, físicas e estéticas disseminadas em nossa sociedade.

A autora identificou no espaço escolar a ausência de cartazes, brinquedos ou livros infantis que expressem a existência de crianças negras na sociedade brasileira. Aponta também o despreparo e a falta de formação adequada dos profissionais da escola para lidar com as questões étnico-raciais no cotidiano escolar, estando o debate ausente das pautas de reunião pedagógica, dos planejamentos e dos registros diários.

A partir do estudo realizado pode-se concluir que a escola e todos os educadores têm uma importante tarefa de mudar a postura pedagógica com seus alunos de classes sociais diferenciadas, raças, gêneros, religiões, etc., o que lança luz sobre a missão de trabalhar com as diferenças no ambiente da escola, pois a questão racial perpassa a instituição escolar desde a educação infantil. Portanto faz-se necessário pensar em possíveis projetos de ação de combate às consequências das discriminações raciais em nosso país (PINHEIRO, 2018, p. 75).

É notório em todas as pesquisas que há ainda uma grande dificuldade no trato e na inclusão das relações étnico-raciais no cotidiano escolar, dificuldades estas, presentes desde a pesquisa de Bittencourt (2013) até a de Pinheiro (2018), quase 17 anos após a sanção da Lei 10.639/03.

Como sabemos, a legislação que altera a LDB (1996) e trata do ensino da cultura afro-brasileira e africana nas escolas é a nº 10.639/2003. Essa Lei traz a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e africana na educação básica; outros documentos surgiram depois a Lei, como por exemplo, a Resolução CNE/CP nº 01/2004, que concebeu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, sendo uma forma de iniciar as discussões sobre a identidade da cultura afro-brasileira, de forma a combater a discriminação racial no espaço escolar.

Os objetivos das ações afirmativas são: induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores (GOMES, 2001, p. 166.).

O Movimento Negro, nas lutas travadas contra o racismo na sociedade brasileira, construiu políticas de ações afirmativas no âmbito da educação, segundo esse movimento a Lei 10.639/03 é uma medida de ação afirmativa. Desta forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana vem buscando uma valorização identitária, histórica e cultural da população afrodescendente.

(...) a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004, p.10).

Esses dispositivos legais são reivindicações que apontam à necessidade da construção diretrizes que valorizem a história e cultura africana e afro-brasileira. A resolução CNE/CP nº 01/2004 tinha como intuito oferecer uma resposta por meio das políticas de ações afirmativas, procurando reconhecer e valorizar a história, cultura e identidade da população afrodescendente; com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ANO), houve um maior debate sobre a importância de discussão das relações raciais no Brasil e do combate ao racismo a través e a partir da escola.

Segundo Pereira e Silva (2013),

A referida lei não surgiu de um dia para o outro. Ao contrário, antes de ser sancionada, passou por diversos estágios, resultando dos movimentos negros da década de 1970 e do esforço de simpatizantes da causa negra na década de 1980, quando diversos pesquisadores alertaram para a evasão e para o déficit de alunos negros nas escolas, em razão, entre outras causas, da ausência de conteúdos afrocêntricos que valorizassem a cultura negra de forma abrangente e positiva (p. 126).

Mesmo já tendo mais de uma década de criação, a aplicação da Lei ainda não ocorre de maneira satisfatória. Podemos inferir que um dos motivos seria por conta do racismo estrutural, do qual a população brasileira sofre até os dias atuais; Gomes (2005) diz que há um “preconceito velado, [que] de modo peculiar reconhece a existência do racismo sem que as pessoas se assumam como racistas” (p. 16).

As práticas pedagógicas de educação para as relações étnico-raciais, devem fugir dos estereótipos negativos inerente a população negra, que sempre foram retratadas de forma estigmatizada, falar da população negra nos currículos escolares pode se tornar algo folclórico, que só é visto em datas comemorativas, não sendo dada a devida importância para a história desses povos.

Dentre os principais fatores materiais podemos citar a falta de materiais alternativos que podem servir de apoio ao livro didático, como por exemplo, os romances africanos, falta de espaços que permitam o professor trabalhar de outras formas que não calcado no modelo tradicional de aula, realizadas em espaços fechados e limitadores, onde se privilegia a aprendizagem conteudista acumulativa, nessa lógica, a impessoabilidade determina as relações em sala de aula. (Santos Neto. 2015, p. 93).

Constatamos assim a escassez de debate que tocam o tema das relações raciais na escola e, desta forma, vemos que temas importantes de serem trazidos à tona na escola para a inclusão da população negra acabam não sendo valorizados, sendo negada, assim, uma parte da história da população brasileira e sua trajetória.

Para Bento (2011), as situações experimentadas no início da vida, ou seja, na infância, sejam elas boas ou ruins, são as que mais interessantemente marcam os sujeitos. Desta forma, as representações ao longo da infância são de grande importância nesse processo de formação identitária, pois é a etapa da vida na qual a criança vem se descobrindo. Ninguém se sente confortável em ser representado de modo estereotipado, e se os conteúdos abordados em sala de aula só falam da população negra retratando o período da escravidão, deixando de lado a rica cultura que herdamos da população africana, desta forma a tendência são crianças que não se aceitam e negam as suas raízes. Godoy (1996) destaca que a criança possui uma tendência a construir sua identidade, seu autoconhecimento, com base em referências externas; assim, tudo aquilo que é expresso pelos indivíduos significativos para ela, ou seja, pais, familiares, amigos, professores, costuma ser tomado como verdade.

Refletir sobre o papel da educação das relações étnico-raciais na educação infantil é de grande importância pois, segundo o Artigo nº 21 da LDB, a educação infantil é uma etapa importante para a construção da identidade dos indivíduos. A Lei 10.639/03 é um marco na educação no que tange a inserção do ensino da cultura africana e afro-brasileira; apesar de as legislações que normatizaram a referida Lei mencionarem a educação infantil, a saber, o Parecer CNE/CP nº 003/2004, a Resolução CNE/CP nº 1/2004 e o Parecer CNE/CEB nº 2/2007, houve um entendimento inicial que essa Com a alteração da LDB proposta pela Lei nº 12.796/13, que incluiu a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, as dúvidas que pairavam sobre se a educação infantil deveria introduzir o debate da educação para as relações étnico-raciais foi superado. A partir da Lei 10.639/03, o espaço público vem elaborando documentos e propostas pedagógicas, com o intuito de cooperar com a educação das relações étnico-raciais, colaborando para a valorização da diversidade étnico-racial e a promoção da igualdade no tratar das crianças, sejam elas pertencentes de qualquer grupo étnico.

Desta forma, as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2010) trazem como proposta pedagógica “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (BRASIL, 2010, p. 21). Nesta fase da vida, trabalhar o reconhecimento a si e ao outro, proporcionando as crianças um diálogo por meio das suas experiências de vida, percebendo o seu jeito de ser, as características físicas, esses elementos fazem parte do primeiro campo de experiência conforme a BNCC (2017) no que tange a Educação Infantil, sendo esse campo chamado de “O eu, o outro e o nós”. Esse campo direciona para construção da identidade, das relações interpessoais, do respeito e da sensação de pertencimento.

As legislações trazem a importância de educar para as relações étnico-raciais desde a infância e é um meio de ajudar na formação de uma sociedade mais justa e igualitária, que busca valorizar e respeitar as diferenças dentro e fora do âmbito escolar. Nesse sentido, tendo um olhar centrado na educação infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (Brasil, 2009a, 2009b) são criadas para orientar o currículo presente nas creches e pré-escolas, estabelecendo que as propostas pedagógicas devem ter princípios, éticos, políticos e estéticos como fundamentos da pedagogia ali empregada. Esses princípios objetivam promover “[...] a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância” (BRASIL, 2009a, p. 2). Nesse sentido a escola deve contribuir de forma que atenda às necessidades básicas da educação infantil, “[...] comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa” (BRASIL, 2009a, p. 2).

A Educação Infantil enquanto direito de todas as crianças deve oferecer uma educação de qualidade fundamentada no combate ao preconceito, respeitando as diversidades étnico-raciais. É necessário que nessa etapa da educação a criança tenha acesso a vários conhecimentos, sendo esses responsáveis por contribuir para a formação física, moral e intelectual; nessa perspectiva a Lei nº 10.639/03 “cria condições para que se superem estereótipos a partir dos quais se têm formulado julgamentos precipitados, incorretos a respeito de nós negros, do nosso modo de viver, conviver, pensar, agir, construir e compartilhar conhecimentos” (SILVA, 2013, p. 2). Cavalleiro discorre que “[...] promover uma educação para o entendimento das diferenças étnicas, livre de preconceitos, representa uma possibilidade real da formação de sujeitos menos preconceituosos nas novas gerações (CAVALLEIRO, 2006, p.38).

A discussão acerca da diversidade deve ser inserida desde a infância, por meio da família e das/os docentes através das suas práticas pedagógicas, independente do pertencimento étnico-racial destes/as, a escola enquanto espaço formador deve valorizar a diversidade das/os suas alunas/os, não sendo um local apenas de alfabetização, mas também um lugar que valorize as culturas e descobertas. A Educação Infantil pode proporcionar que as crianças aprendam e reconheçam as diferenças por meio dos distintos grupos sociais e étnicos, é preciso que se adotem meios e possibilidades de trabalhar com as diferenças desde essa primeira etapa da educação, pode-se observar essa possibilidade observando Referencial Curricular para a Educação Infantil, no eixo Natureza e Sociedade, tendo propostas de trabalho voltadas para a diversidade, com crianças de três e quatro anos de idade, (BRASIL, 1998, p. 163). Tendo a observação e exploração do ambiente e a relação entre crianças e adultos como base central para o desenvolvimento das crianças, essas atividades propicia as crianças “participação em atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito às tradições culturais de sua comunidade e de outros grupos” (BRASIL, 1998, p. 177). Essas práticas são de fundamental importância para o desenvolvimento dessas crianças.

De acordo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais para o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (2005):

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe à escola incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e européia. É preciso ter clareza que o Art. 26^a acrescido à Lei 9394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos: exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas (BRASIL, 2005, p. 17).

As ações voltadas as questões raciais, ainda precisam ser debatidas a fim de um fortalecimento para que sejam introduzidas no âmbito escolar com efetivação, sabemos que essas ações necessitam ser aprofundadas para que dessa forma sejam assumidas um comprometimento. Assim, é importante que as/os professoras/es tenham firmeza para a desconstrução de práticas pedagógicas que incitam ao preconceito, seja ele qual for.

A prática docente nesse sentido deve perpassar impreterivelmente por espaços políticos de atuação, por posicionamentos incisivos que levem em consideração novas posturas no intuito de romper com velhos paradigmas sociais e raciais sustentados por discursos etnocêntricos consolidados em nosso país. Através do contato e inserção nos debates étnico-raciais, mobilização e conscientização de suas práticas sociais e

pedagógicas diante da diversidade que caracteriza nossas escolas, podemos vislumbrar uma realidade em que o trabalho docente esteja aliado às demandas éticas e sociais de sua realidade (Santos Neto. 2015, p.103).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentado na pesquisa bibliográfica realizada e nos documentos legais da educação brasileira, este texto demonstrou parte do processo que se deu até a inserção da educação infantil como integrante da Educação Básica, focalizando nas práticas pedagógicas utilizadas pelas professoras. As análises destes materiais demonstram que, além das especificidades que devem estar presentes na formação das/os professoras/es da Educação Infantil, estas relacionadas ao educar e cuidar, essas práticas também devem valorizar a educação para as relações étnico-raciais, conforme a Lei 10.639/03, mas não apenas por isso; é importante que as crianças que frequentam a educação infantil brasileira, em escolas públicas e privadas, tenham acesso ao conhecimento sobre sua identidade racial, bem como a história a ela relacionada; de modo mais específico, é importante pensar que as crianças negras, assim como os demais grupos raciais presentes na escola, precisam se sentir parte do espaço educativo do qual fazem parte. Desse modo, estaremos garantindo efetivamente uma educação de qualidade para todas as pessoas.

Assim como as pesquisas e os documentos aqui apresentados apontam, entendemos a Educação Infantil como etapa importante para a formação social e individual da criança; desta forma, é o papel das escolas e das professoras promover práticas pedagógicas que valorizem a cultura africana e afro-brasileira, desconstruindo estereótipos negativos que ainda existem, trabalhando a educação para as relações étnico-raciais de forma que as crianças pequenas, e não apenas as crianças negras compreendam a importância do continente africano para a construção do Brasil.

A pesquisa bibliográfica confirmou que, para que existam práticas pedagógicas que venham a contribuir no desenvolvimento da criança, é preciso que haja uma formação inicial e continuada que valorize a criança como ser fundamental da construção dos currículos das escolas, pois esses currículos devem ser baseados na Pedagogia da Escuta (MALAGUZZI, 1963), sendo a criança a peça fundamental para essa construção. A educação é a chave central para que possamos ensinar as crianças o respeito às diversidades, sejam elas, étnicas, religiosas, de gêneros etc. transformadora.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel (org.). **Formação reflexiva de professores: Estratégias de supervisão**. Porto, Portugal: Porto Editora LDA, 1996.

ALVARENGA, Hilda Maria de. **Representações docentes sobre educação para as relações étnico-raciais em um CMEI de Goiânia: entre a teoria e a práxis**. 2015. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7517>> Acesso em: 02. Fev. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE. **Documento final do VIII Encontro Nacional da ANFOPE**. Belo Horizonte, 1996. <<http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/9%C2%BA-Encontro-Documento-Final-1998.pdf>>. Acesso em: 02 fev.2020.

ARAÚJO, Marlene de. **Infância, educação infantil e relações étnico-raciais**. 2015. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AQQFT4/1/marlene___tese_final_08.05.17.pdf> Acesso em: 02 fev.2020.

ARCE, Alessandra. **Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil** In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 113, p. 167-187, jul. 2001. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD4_SA17_ID4191_26092016133630.pdf>) Acesso em: 02 fev.2020.

AUGUSTO, Aline de Assis. **Infância e Relações Étnico-raciais Concepções e Imagens de Crianças da Educação Infantil de uma Escola Pública do Município de Juiz de Fora-MG**. 2017. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora Biblioteca. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/jspui/bitstream/123456789/11709/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Rela%C3%A7%C3%B5es%C3%89tico-raciais%C3%82mbito.pdf> Acesso em: 02. Fev. 2020.

AUSUBEL, D. P. **A Aprendizagem Significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo, Moraes, 1982.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **A identidade racial em crianças pequenas**. In: BENTO, Maria Aparecida Silva. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2011, p.98-117.

BITTENCOURT, Simone Vanzuita. **Relações Étnico-Raciais: Orientações, Leis e Práticas nas Instituições de Educação Infantil** 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/168062/340554.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 02. Fev. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>
Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Disponível em:
(<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_1105_18_versaofinal_site.pdf>). Brasília, 2018. Acesso em: 02. fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf> Acesso em: 02 fev.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <<https://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>> Acesso em: 02 fev.2020.

BRZEZINSK, Iria. **Formação de profissionais da educação (2003-2010)**. Iria Brzezinsk – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

CAVALLEIRO, E. **Identidade o Racismo, o Preconceito e a Discriminação Racial na Escola**. In: SILVEIRA, M.L; GODINHO, T. Educar para a igualdade: gênero e educação escolar. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. Secretaria Municipal a Educação, 2004.

CUNHA, Heloisa Marinho. **A garantia dos Direitos Humanos e a interface com a Educação para as Relações Étnico-raciais: uma prática na Escola Quilombola Antônio do Socorro Silva Machado**. 2017. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11818/1/Arquivototal.pdf>> Acesso em: 02. Fev. 2020.

GODOY, Eliete Aparecida. **A Representação étnica por crianças pré-escolares: um estudo a luz da teoria piagetiana**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996. Disponível em: <[http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/\(D\)%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9tnica%20por%20crian%C3%A7as%20%20Eliete%20Aparecida%20de%20Godoy.pdf](http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/(D)%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9tnica%20por%20crian%C3%A7as%20%20Eliete%20Aparecida%20de%20Godoy.pdf)> Acesso em: 02 fev.2020.

GOMES, J. B. B.; SILVA, F. D. L. L. **As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva**. In: SEMINÁRIO Internacional As Minorias e o Direito. Brasília: CJF, 2001. Série Cadernos do CEJ, v. 24, p. 86-123. Disponível em:<http://bradonegro.com/content/arquivo/11122018_205135.pdf> Acesso em: 02 fev.2020.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 39-62. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 02 fev.2020.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC; Unesco, 2012. Disponível em: <http://ciclopermanenteufmg.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Pr%C3%A1ticas-Pedag%C3%B3gicas-de-Trabalho-com-a-Lei-10.639_03.pdf> Acesso em: 02 fev.2020.

KISHIMOTO, Tizuko. **Pedagogia e a formação de professores(as) de Educação Infantil**. In: Pró - Posição, v. 16, n. 3 (48) – set/dez., 2005, p. 181-193. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2333/48_artigos_kishimototm.pdf> Acesso em: 02 fev.2020.

LEAL, Mariele Ferreira. **Do Legal ao real: A abordagem das políticas étnico-raciais na formação continuada de professoras(es) da Educação Infantil**. 2017. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15514/DIS_PPGPPGE_2017_LEAL_MARIELE.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 02. Fev. 2020.

MICELI, Paulina de Almeida Martins. **Negritude nas práticas pedagógicas da EEI-UFRJ. Estudo das Relações Étnico-raciais na Escola de Educação Infantil da UFRJ**. 2017. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/6993913/paulina-de-almeida-martins-miceli>> Acesso em: 02. Fev. 2020.

OLIVEIRA, Fernanda Silva de. **Vozes da docência: o desafio da implementação do ensino de história e cultura Africana e Afro-Brasileira na prática pedagógica**. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/download/1309/890>> Acesso em: 02. Fev. 2020.

PEREIRA, Erika Jennifer Honório. **“Tia, existe flor preta?”: educar para as relações étnico-raciais**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_99f7a12f7d41e252c35ab253f2bf8856> Acesso em: 02. Fev. 2020.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: <https://www2.unifap.br/parfor/files/2015/04/PPC_Pedagogia_PARFOR.pdf> Acesso em: 02 fev.2020

PINHEIRO, Nilzete Rodrigues. **Estudo das relações étnico raciais e práticas pedagógicas na educação infantil**. Dissertação (Mestrado). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2018. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4aWo7FAxP6cJ:periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/download/5564/4205/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em: 02 fev.2020.

PINTO, Manuel. **A infância como construção social**. In: _____; SARMENTO, Manuel Jacinto (coord.). **As crianças: Contextos e identidades**. Portugal: Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança: 1997.

SANTOS NETO, Mario Lopes dos. **As ressonâncias de uma reparação tardia: um estudo sobre as experiências docentes diante do ensino de história e cultura afro e das relações étnico-raciais na comunidade do Curuzú, Salvador (BA), 2015.** Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24028/1/MARIO%20LOPES%20%20FINAL.pdf>> Acesso em: 02 fev.2020.

SANTOS, Claudia Elizabete dos. **Formação Docente: compreendendo a abordagem da diversidade e da diferença na infância como ações de cuidar e educar.** 2015. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3577924> Acesso em: 02. Fev. 2020.

SARAIVA, Camila Fernanda. **Educação infantil na perspectiva das relações étnico-raciais: relato de duas experiências de formação continuada de professores no município de Santo André.** 2009. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/Educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-na-perspectiva-das-rela%C3%A7%C3%B5es-de-de-Saraiva/ab0ffe75c6d64020bdf907c7d98cf79c4b238cda>> Acesso em: 02. Fev. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação.** Trabalho, Educação e Saúde, vol. 6, n. 2, jul.-out., 2008, p.213-231. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/conae_dermevalsaviani.pdf> Acesso em: 02 fev.2020.

SCHÖN, Donald. Alan. **Formar professores como profissionais reflexivos.** In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. Pereira e Silva Disponível em: <file:///C:/Users/Nil_R/Downloads/formar-professores-como-profissionais-reflexivos-donald-schon-p-130918154714-phpapp02.pdf> Acesso em: 02 fev.2020.

SILVA, Tarcia Regina da. **Criança e Negra: O direito à afirmação da identidade negra na Educação Infantil.** 2015. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1701>> Acesso em: 02. Fev. 2020.

SILVA. Raimundo P. **A escola enquanto espaço de construção do conhecimento.** Revista Espaço Acadêmico – No 139 – Dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/II%20Jornada%20de%20Didatica%20e%20I%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD%20-%20Docencia%20na%20educacao%20Superior%20caminhos%20para%20uma%20praxis%20transformadora/EDUCACAO%20ESCOLA%20E%20DIDATICA%20UMA%20ANALISE%20DOS.pdf>> Acesso em: 02 fev.2020.

SILVÉRIO, Valter. **A diferença como realização da liberdade.** In: ABRAMOVICZ, Anete BARBOSA, Lucia Maria de A.; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação como prática da diferença.* Armazém do Ipê, 2006.

SOUZA, Andréa Rodrigues de. **Formação de professores na Educação Infantil: um olhar sobre a formação continuada das professoras ingressantes na primeira turma do CEDEI.** 2015 106f. Monografia de conclusão do curso de Pedagogia, UFMA, São Luís - MA, 2015.

Disponível em: <https://13e63a46-5705-4ddb-a872-6dfd88947a46.filesusr.com/ugd/fae4d9_3a8f18fb496a4645a7d319d806522a54.pdf> Acesso em: 02 fev.2020.